

RECURSO ESPECIAL Nº 1.812.392 - SP (2019/0125108-5)

RECORRENTE : CELIA REGINA CLEMENTE GARCIA
RECORRENTE : JUVAL PEREIRA DUQUES
RECORRENTE : MARCELO DA SILVA SANTOS
RECORRENTE : WARLEY RAVELLI
RECORRENTE : ALESSANDRO TEIXEIRA
RECORRENTE : ALCIDES DE CAMARGO
RECORRENTE : WILLIAM BOLITO PEDROZA
RECORRENTE : MARCIO GOMES FREIRE
RECORRENTE : LUIZ CARLOS BARBOSA
RECORRENTE : LUIZ CARLOS CACIATORI
ADVOGADOS : WELLINGTON DE LIMA ISHIBASHI - SP229720
WELLINGTON NEGRI DA SILVA E OUTRO(S) - SP237006
RECORRIDO : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
RECORRIDO : SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV
PROCURADOR : RENATO KENJI HIGA E OUTRO(S) - SP113895

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por CELIA REGINA CLEMENTE GARCIA E OUTROS, com fundamento no art. 105, III, *a e c*, da Constituição Federal.

Na origem, CELIA REGIME CLEMENTE GARCIA E OUTROS, ajuizaram ação de cobrança em face do ESTADO DE SÃO PAULO, objetivando o recebimento das parcelas vencidas do adicional de local de exercício-ALE, dentro do quinquênio que antecedeu a impetração do *writ*, acrescidas de atualização monetária a partir da data do seu fato gerador e juros de mora a partir da data da notificação da autoridade coatora no mandado de segurança.

Deu-se, à causa, o valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) em 11 de janeiro de 2017.

Após sentença que julgou procedente a demanda, foi interposto recurso de apelação por ambas as partes envolvidas. Após, foi negado provimento à apelação dos particulares e parcial provimento ao recurso dos entes públicos e ao reexame necessário pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - AV. BRIGADEIRO. O referido acórdão foi assim ementado, *in verbis* (fl. 373):

POLICIAIS MILITARES. Quinquênios e sexta-parte sobre os vencimentos integrais de período anterior ao ajuizamento de mandado de segurança coletivo por associação de policiais militares. Ação proposta por policiais militares inativos e da ativa. Ilegitimidade passiva de São Paulo Previdência, dado que no período a que se refere a postulação, de 29-08-2003 a 28-08-2008, ainda eram do Estado os encargos das aposentadorias de todos

Superior Tribunal de Justiça

os servidores públicos estaduais. Não ocorrência do trânsito em julgado no mandado de segurança coletivo que não constitui óbice à demanda pelo período anterior ao seu ajuizamento. Não é caso de suspensão do processo porque haverá nova incursão no pedido e na causa de pedir, atendendo, ainda, à garantia de inafastabilidade da jurisdição. Ressalvado entendimento em contrário, adota-se a orientação fixada pelo Superior Tribunal de Justiça, pela interrupção da prescrição com o ajuizamento do mandado de segurança coletivo, cujo prazo voltará a fluir, pela metade, após o trânsito em julgado no referido processo. Legitimidade ativa. Repercussão geral que não abrange essa hipótese. Legitimidade extraordinária da associação no mandado de segurança coletivo. Não se exige autorização expressa dos associados, nem comprovação do momento da filiação e tampouco apresentação de rol dos associados. Toda a categoria é beneficiada. Matéria de fundo. Quinquênios e sexta parte. Incidência sobre todas as verbas não eventuais que integram a remuneração regular dos servidores e os proventos de aposentadoria. Cabimento. Regramento do artigo 129 da Constituição do Estado aplicável também aos servidores militares. Norma de superior hierarquia que prevalece sobre o dimensionamento mais restrito da Lei Complementar 731/1993. Precedentes. Adicional de Insalubridade e Adicional de Local de Exercício que integram a remuneração dos policiais militares em caráter regular e por isso serão considerados para efeito dos quinquênios e da sexta-parte. Juros de mora partir da citação neste processo, não da notificação no mandado de segurança coletivo. Para evitar repetição de embargos de declaração com objetivo de acesso aos tribunais superiores, são abordados os questionamentos que neles vêm sendo formulados. Não provido o recurso dos autores e parcialmente providos o recurso dos entes públicos e o reexame necessário, somente para extinguir o processo, por ilegitimidade passiva, em relação a São Paulo Previdência e na parte atingida pela coisa julgada, com fixação de honorários advocatícios recursais.

Os embargos de declaração interpostos foram improvidos (fls. 433-435).

Contra a decisão cuja ementa se encontra acima transcrita, CELIA REGINA CLEMENTE GARCIA interpôs o presente recurso especial, apontando violação aos arts. 219 do CPC/1973 e 405 do CC, bem como dissídio jurisprudencial.

Sustentam, em síntese, que o termo inicial dos juros de mora deveria ser fixado a partir da data de notificação da autoridade coatora no mandado de segurança coletivo, e não da citação na ação ordinária de cobrança, como fixou o acórdão.

Apresentadas contrarrazões pela manutenção do acórdão recorrido (fls. 440-443).

O Ministério Público Federal opina pelo provimento do recurso, nos termos do parecer de fls. 464-468, que guarda a seguinte ementa:

Recurso Especial. Administrativo e Processual Civil. Policiais militares inativos. Adicional por tempo de serviço e à sexta-parte sobre os

Superior Tribunal de Justiça

vencimentos integrais. Direito reconhecido na via mandamental. Ação de cobrança das parcelas anteriores à impetração. Juros de mora. Termo inicial. Notificação da autoridade coatora quando da impetração do mandado de segurança. Precedentes. Dissídio jurisprudencial demonstrado. Parecer pelo conhecimento e provimento do recurso especial.

É o relatório. Decido.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo nº 3/STJ: "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

A irresignação merece prosperar.

Este Superior Tribunal de Justiça já firmou entendimento no sentido de que o termo inicial dos juros de mora, em ação de cobrança dos valores pretéritos ao mandado de segurança, é o momento em que a autoridade coatora é notificada no *writ*.

Neste sentido:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. SERVIDOR PÚBLICO DIREITO RECONHECIDO NA VIA MANDAMENTAL. AÇÃO DE COBRANÇA DAS PARCELAS ANTERIORES À IMPETRAÇÃO. PRESCRIÇÃO. AJUIZAMENTO DO WRIT. CAUSA INTERRUPTIVA DO PRAZO PRESCRICIONAL. TERMO INICIAL DOS JUROS DE MORA. NOTIFICAÇÃO DA AUTORIDADE COATORA QUANDO DA IMPETRAÇÃO DO MANDAMUS.

1. Bem da verdade, cabe ao magistrado decidir a questão de acordo com o seu livre convencimento, não estando obrigado a rebater, um a um, os argumentos apresentados pela parte quando já encontrou fundamento suficiente para decidir a controvérsia (EDcl no AgRg no AREsp 195.246/BA, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, DJe 04/02/2014). Sendo assim, bem ou mal, certo ou errado, a Corte de origem decidiu a controvérsia de modo integral e suficiente.

2. Por fim, acerca do momento da citação válida, sem razão ao recorrente, tendo em vista que o Superior Tribunal de Justiça declarou o termo inicial dos juros de mora, consequentes de ação de cobrança dos valores pretéritos ao mandado de segurança, é o momento em que a autoridade coatora é notificada no writ. Ademais, asseverou que a impetração do mandamus interrompe a fluência do prazo prescricional no tocante à ação ordinária de cobrança.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1711432/DF, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/08/2018, DJe 14/08/2018)

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIDOR. DIREITO RECONHECIDO NA VIA MANDAMENTAL. AÇÃO DE

Superior Tribunal de Justiça

COBRANÇA DAS PARCELAS ANTERIORES À IMPETRAÇÃO. PRESCRIÇÃO. AJUIZAMENTO DO WRIT. CAUSA INTERRUPTIVA DO PRAZO PRESCRICIONAL. LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA. DECRETO N.º 20.910/32. INAPLICABILIDADE DO CÓDIGO CIVIL. TERMO INICIAL DOS JUROS DE MORA. NOTIFICAÇÃO DA AUTORIDADE COATORA QUANDO DA IMPETRAÇÃO DO MANDAMUS.

1. Não se conhece da alegação de ofensa ao art. 535, inciso II, do Diploma Processual, quando o Recorrente apresenta argumentação genérica, sem demonstrar, de maneira clara e específica, ausência de fundamentação ou a efetiva ocorrência de omissão no julgado recorrido; o que configura a deficiência na fundamentação do recurso especial, a atrair a aplicação da Súmula n.º 284/STF.

2. A impetração do mandamus interrompe a fluência do prazo prescricional no tocante à ação ordinária de cobrança - a ser proposta para o recebimento das parcelas referentes ao quinquênio que antecedeu a propositura do writ -, o qual somente tornará a correr após o trânsito em julgado da decisão proferida quando do julgamento do mandado de segurança. Precedentes.

3. Deve ser aplicada a prescrição quinquenal prevista no Decreto n.º 20.910/32, a todo qualquer direito ou ação contra a Fazenda federal, estadual ou municipal, seja qual for a natureza, não sendo correta a analogia com o Código Civil, por se tratar de relação de direito público. Precedentes.

4. A definição do termo inicial dos juros de mora decorre da liquidez da obrigação. Sendo líquida a obrigação, os juros moratórios incidem a partir do vencimento da obrigação, nos exatos termos do art. 397, caput, do Código de Civil de 2002; se for ilíquida, o termo inicial será a data da citação quando a interpelação for judicial, a teor do art. 397, parágrafo único, do Código Civil de 2002 c.c o art. 219, caput, do Código de Processo Civil. Precedentes.

5. O termo inicial dos juros de mora da ação de cobrança, lastreada no direito reconhecido na via mandamental, deve ser fixado na data da notificação da autoridade coatora no writ, pois é o momento em que, nos termos do art. 219 do Diploma Processual, ocorre a interrupção do prazo prescricional e a constituição em mora do devedor. Precedentes.

6. Recurso especial parcialmente conhecido e parcialmente provido.

(REsp 1151873/MS, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 13/03/2012, DJe 23/03/2012)

No mesmo sentido, manifestou-se o d. Ministério Público Federal, nos seguintes termos (fls. 464-468):

(...)

Segundo jurisprudência desse Egrégio Superior Tribunal de Justiça, o termo inicial dos juros de mora da ação de cobrança, lastreada no direito reconhecido na via mandamental, deve ser fixado na data da notificação da autoridade coatora no "writ", pois é o momento em que, nos termos do artigo 219 do CPC/1973 (atual 240, caput, § 1º, do CPC/2015), ocorre a interrupção do prazo prescricional e a constituição em mora do devedor.

(...)

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, III, do RISTJ, dou provimento ao recurso especial para fixar o termo inicial dos juros de mora

Superior Tribunal de Justiça

na data da notificação da autoridade coatora no mandado de segurança coletivo que reconheceu o direito aludido aos recorrentes.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de junho de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

